

ABORDAGENS IDEOLÓGICAS E HISTORIOGRÁFICAS SOBRE O NEGRO NOS PARADIDÁTICOS E DIDÁTICOS

IDEOLOGICAL AND HISTORIOGRAPHIC APPROACHES ABOUT THE BLACK IN THE PARADIDATIONAL AND DIDACTIC


 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v10i1.2286>

João Bernardo da Silva Filho

Professor do Centro Universitário de Belo Horizonte – UNIBH

Mestre em Educação – UFMG

jfilho@prof.unibh.br

 <https://orcid.org/0000-0002-8248-0049>

Recebido em: 24/07/2017 – Aceito em: 25/08/2017

Resumo: Um dos propósitos deste artigo é o de incentivar leitores/graduandos(as) a lerem melhor compreender os discursos verbais e iconográficos sobre enfoques acerca da história do negro em livros paradidáticos e didáticos, contribuindo para releitura dessa história. A discussão é perpassada por alusões à promulgação da Constituição de 1988, que contém artigos sobre cidadania e sua prática no Brasil, à Lei de Diretrizes e Bases de 1996, que regula a educação básica, pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, diretrizes elaboradas pelo Governo Federal que orientam a educação, e pela Lei 10.639, de 2003, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da história da África e da cultura afro-brasileira na escola básica. A partir de tais referências, busca-se incentivar leitores e graduandos a lerem textos paradidáticos e didáticos, à luz de novas referências teórico-históricas e de pesquisas sobre a história do negro na sociedade brasileira. Este estudo procura sensibilizar o público leitor a realizar leituras da temática sob um outro olhar, que possa esclarecer e interpretar a presença do negro como uma das matrizes formadoras da cultura brasileira.

Palavras-chaves: Representação, histórica do negro. Escravidão. Livro didático.

Abstract: One of the purposes of this article is to encourage readers to read and understand verbal and iconographic discourses about the history of the Negro in paraphrased and didactic books, contributing to re-reading this story. The discussion is permeated by allusions to the promulgation of the Constitution of 1988, which contains articles on citizenship and its practice in Brazil, the Law of Guidelines and Bases of 1996, which regulates basic education, by National Curricular Parameters - PCN, directives elaborated by the Government Federal Law that guide education, and Law 10.639 of 2003, which established the obligation to teach the history of Africa and Afro-Brazilian culture in basic school. From these documents, readers and graduates are encouraged to read paraphrased and didactic texts in the light of new theoretical-historiographic references and research on the presence of the black in Brazilian society. This study seeks to sensitize the readership to readings of the theme in another way that can clarify and interpret the presence of the Negro as one of the formative matrices of Brazilian culture.

Keywords: Black historical representation. Slavery. Textbook.

Tempo de mudanças

A partir dos anos de 1990, quando se analisaram as publicações didáticas e paradidáticas acerca do negro na época do centenário da Abolição foi possível perceber que parte delas passaram a refletir as pesquisas sobre o tempo da escravidão. Estas se tornaram mais analíticas, aprofundando-se nas construções verbais sobre o papel e a representatividade do negro na história da sociedade brasileira. O Brasil vivia, po-

liticamente, um tempo de esperanças, reflexo da promulgação da Constituição de 1988 que abordava, pela primeira vez, a questão da cidadania:

TÍTULO II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Capítulo I - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXXI - Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

LXXVII - São gratuitas as ações de “habeas-corpus” e “habeas-data”, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

(Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/administracao/o-que-a-constituicao-diz-sobre-a-cidadania/50880> Acesso em 18 jul.2017).

Vários aspectos da história e das relações na sociedade brasileira foram colocados em xeque pelos artigos da Constituição, provocando questionamentos acerca da “cordialidade” dessas relações, historicamente defendidas, contrapondo-se à evidência de preconceitos, especialmente, contra o negro.

Antes mesmo da promulgação da Constituição de 1988, sob o respaldo das correntes historiográficas e sociológicas, historiadores e sociólogos passaram a influenciar autores de livros didáticos, que até então descreviam a sociedade escravista no Brasil como sendo governada pelos interesses senhoriais e tendo a violência como marca das relações.

No âmbito da educação, refletindo a vigência da Constituição, promulgou-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 - LDB, que reverteu a retirada das disciplinas História e Geografia da estrutura curricular das escolas, ocorrida no governo de regime civil militar. O artigo 3º da LDB estabeleceu novas diretrizes para a Educação Básica e para o Ensino Fundamental, viabilizando, também, o aperfeiçoamento do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), estabelecido em 1985. Em 1996, introduziu-se o processo de avaliação pedagógica que propiciou uma ampla qualificação para o livro didático no país.

Nesse contexto e pelo viés da tradição, encontraram-se nos livros didáticos e nos paradidáticos diferentes relatos acerca da relação senhor/escravo, apresentados sob a perspectiva inquestionável do domínio dos senhores patriarcais. Mas, autores, influenciados pela obra *Casa Grande & Senzala*, do sociólogo Gilberto Freyre, passaram a identificar, também, o caráter paternal e benevolente daquela relação.

As autorias de livros paradidáticos e didáticos viviam às voltas com a presença das novas interpretações historiográficas. As pesquisas e as teorias nessa área definiam novos olhares sobre o negro na sociedade brasileira. Aos poucos, vários autores produziram textos, dando forma aos resultados das pesquisas sobre as relações entre senhores e escravos.

Assim, as práticas cotidianas, as estratégias de resistência, as redes de solidariedade e os costumes passaram a fazer parte da vida socioeconômica e política da sociedade brasileira e o negro, a ser visto e entendido como sujeito histórico. Um mundo paralelo à sociedade patriarcal foi descoberto: as lutas de escravos em defesa da alforria, a existência da família escrava, a vida nos quilombos. Cada vez mais esses fatos foram compondo o quebra-cabeça das análises e das interpretações das relações étnico-sociais do Brasil.

As etnias e as culturas africanas tornaram-se objeto de estudo, para se integrarem ao entendimento dos

fatos econômicos, sociais e políticos da formação da sociedade brasileira. Em janeiro de 2003 foi promulgada a Lei 10.639 estabelecendo o estudo da História da África e da cultura afro brasileira. É possível imaginar, o quanto essa lei causou efervescência nos projetos editoriais e nos autores. Identifica-se o artigo a respeito:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em 19 jul. 2017.

Pelo significado que o livro didático e o paradidático têm para compor a formação dos estudantes do Ensino Básico, algumas perguntas conduzirão este artigo: Quais fatos os livros didáticos têm veiculado sobre o negro na configuração da história nacional? Em que medida a história narrada articula-se com a atuação do negro, de forma étnica e cultural, para o devida compreensão da sociedade brasileira?

Trata-se de um convite à reflexão, pois não é um objetivo primordial apresentar análises de conteúdos de livros paradidáticos e didáticos, pela variedade dos mesmos, pois nem por uma amostragem se alcançariam resultados explícitos.

Pela discussão aqui apresentada, busca-se motivar todos os leitores a se vigiarem, quando estiverem lendo ou trabalhando com livros paradidáticos e didáticos. Tendo por referência o seu conhecimento de mundo e o da história da sociedade brasileira, resultante do que viram e leram sobre o negro em tais livros, torna-se mais viável comparar e concluir sobre o quanto a Lei 10.639 e a Constituição de 1988, em seus artigos sobre cidadania, têm oportunizado discursos vários, transformando visões pré-estabelecidas e apontando a realidade factual apresentada por autores e editores sobre a representatividade e a presença do negro enquanto uma das matrizes formadoras da cultura brasileira.

Algumas pistas teórico-historiográficas

Auxiliando os leitores a compreenderem esses discursos, tanto verbais quanto iconográficos, a discussão será perpassada por referências teórico-historiográficas e por definições institucionais ocorridas após o regime civil militar. Sobre a permanência de determinados discursos, Pêcheux (2002, p. 48) alerta: “as vezes os discursos permanecem silenciosos em relação a mudanças, por estarem às voltas com os mecanismos da sobrevivência”.

Para interpretar as relações sociais, a obra *Vigiar e punir*, de Michel Foucault (1987), lança novos olhares sobre a história do negro. Para o filósofo e historiador, no convívio social, o poder não se apoia apenas nas relações institucionalizadas, como o postulado da propriedade, da localização, da subordinação. Foucault é categórico ao afirmar: “Jamais alguém poderá se colocar fora do poder, não existem limites ou periferia, como não existe centro; as relações de poder ocorrem entrelaçadas por outros tipos de relações” (FOUCAULT, 1987).

Já o historiador Roger Chartier (1990, p.18), identifica o modo como em diferentes lugares e mo-

mentos uma determinada realidade social é construída e dada a conhecer. Ao ler um livro didático ou um paradidático, é preciso estar atento para avaliar o quanto autores renovaram seus estudos para dissertar sobre o negro. Surge, portanto, uma nova indagação: Até que ponto, à luz das pesquisas e das interpretações, têm-se construído representações, mostrando os contrapontos da relação étnico social envolvendo senhores e negros no tempo em que a escravidão era institucionalizada?

Para responder a essa pergunta, torna-se importante mencionar que as mudanças e as contribuições dos estudiosos trouxeram esperança para a reinterpretção da representatividade do negro e de sua contribuição para melhor se conhecer a história do Brasil. A esse respeito, comenta a historiadora e pesquisadora Thais Fonseca, em seu livro *História & Ensino de História*: “os novos currículos demonstram uma preocupação em inovar o conhecimento histórico e valorizar as pessoas e as classes sociais como agentes condutores da história” (2003, p. 29)..A adoção de uma História “mais crítica, dinâmica, participativa” (2003, p.62) caracterizou a formulação de vários programas curriculares.

Por outro lado, depara-se com autores produzindo textos explorando as lutas de classes e as transformações infra estruturais que explicam a história. Alguns deles parecem revelar uma clara fundamentação marxista, analisando sociedades entendidas pelo trabalho humano interpretado como socialmente necessário e coletivamente praticado para definir a identidade de vários povos. Os leitores, nesse contexto, poderão observar a História dialogando com as Ciências Sociais, em especial, e com a Antropologia, para compreender linguagens e valores nas relações interpessoais.

José D’Assunção Barros (2004, p.62) é um outro historiador que poderá auxiliá-los nas leituras. Ele aponta que os livros didáticos passaram a ser influenciados pela História Social da Cultura, com a sua tríplice articulação entre a História Cultural, a História Social e a História Política, posição defendida pelos historiadores ingleses Eric Hobsbawm, Christopher Hill e Edward Thompson desde 1960. Ao inovarem a teoria marxista, a abordagem histórica do mundo da cultura passou a ser examinada como parte integrante dos modos de produção e não como um mero reflexo da infra estrutura econômica de uma sociedade. A presença da “Escola Inglesa do Marxismo” proporcionou a construção de textos fundamentados em eixo sistemáticos explorando as relações sociais.

Pelo uso de novas interpretações historiográficas, representadas pela Nova História, pode-se perceber em um livro paradidático e ou didático a valorização das mentalidades, ao se identificar fatos do cotidiano da vida do negro em contra posição à abordagem historiográfica positivista, caracterizada por uma reconstrução do passado pelos êxitos dos senhores patriarcais na sociedade brasileira.

A partir de tais reflexões, observa-se que as propostas curriculares, sob a influência da Nova História, privilegiaram a história-problema, na qual a história social surge redimensionada, dissociada da relação tradicional com o político e o econômico.. Também definiram eixos temáticos, tendo em comum um aprimoramento quanto à noção de tempo, entendido em sua complexidade de permanências e de mudanças na vida de diferentes grupos sociais.

Assim, com essas contribuições, torna-se possível para os diversos leitores analisar textos para se apreender a “identidade” pelo estudo da “diferença”, aprimorar-se na definição de conceitos de cultura, trabalho e poder, e embasar-se no entendimento de processos históricos, principalmente quando o autor estiver explorando a saga do negro na sociedade brasileira.

Um domínio da História Cultural, em seus aspectos de análise dos comportamentos coletivos, das sensibilidades, das imaginações e dos gestos, poderá facilitar a leitura de autores paradidáticos e didáticos que vivenciam experiências dessa historiografia e valorizam a cultura como processo comunicativo: a linguagem, as representações, as práticas culturais realizadas pelos homens na relação de uns com os outros e com

o mundo.

Os historiadores João José Reis (1996) e Kátia Mattoso (1988), autores paradigmáticos, exploram esse viés. Suas obras abordam aspectos da relação entre brancos e negros, mostrando que o negro não foi apenas e tão-somente vítima, pois negociava—competentemente—e elaborava estratégias e ardis que podem ser interpretados como formas de resistência contra o poder dos senhores patriarcais.

Os leitores devem-se ater, também, a textos que interpretam entre outros aspectos, o cotidiano da vida do negro e o uso de estratégias, diluindo a crueldade presente na instituição escravista. Vários autores se associaram a essa linha de pensamento desenvolvida na obra já citada anteriormente, *Casa Grande e Senzala* (1933), do sociólogo Gilberto Freyre, o primeiro a insistir no modelo paternalista. Outros, como o historiador João José Reis, interpretam as estratégias cotidianas como as múltiplas formas de resistência que os negros puderam desenvolver.

Michel De Certeau e Roger Chartier, representantes da História Cultural, dão guarida aos processos interpretativos. Michel De Certeau apregoa o significado das “práticas culturais”, tanto orais quanto escritas, para um entendimento da formação das pessoas na sociedade. Mostra, ainda, na análise de textos, a importância da singularidade de cada parte, sempre questionando sobre a possibilidade de uma sistematização totalizante e considera como essencial a discussão para desvendar uma pluralidade de funções sociais, como da atuação do negro na construção da sociedade brasileira.

Já o historiador Roger Chartier, apresenta o significado das representações, que são uma forma de conhecimento socialmente elaborado e partilhado, contribuindo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Ele aponta que as práticas culturais que aparecem na construção do livro são tanto de ordem autoral (modos de escrever, de pensar ou expor o que será escrito), como editoriais (reunir o que foi escrito para constituí-lo em livro).

Da mesma forma, quando um autor se põe a escrever um livro, ele se adapta a determinadas representações que configuram aquele livro. O autor também pode criar novas representações, que encontrarão, no devido tempo, uma ressonância maior ou menor no circuito dos leitores ou na sociedade, de maneira mais ampla.

Chartier (1990, p.13-06) enfatiza que as representações, na vida social, resultam da ativação de ideologias, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens, entre outras. É essa totalidade significativa, em sua relação com a prática, que constitui o centro da investigação científica, à qual se atribui como tarefa descrevê-la, analisá-la, explicá-la, em dimensões, formas, processos e funcionamento.

A importância das representações permite dissecar ainda mais o seu significado para o entendimento dos textos históricos. Tanto que a História Cultural geralmente reconhece as representações enquanto sistemas de interpretação que regem a relação do homem com o mundo e com os outros, orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais. Por isso é relevante desvendar textos sobre a história do negro na sociedade brasileira lidando com esses referenciais teóricos. Ao descrever o significado das representações, a filósofa Denise Jodelet (2001, p. 22) mostra a sua complexidade, mas, ao mesmo tempo, as possibilidades para se fazer a análise das relações entre os indivíduos, tendo por objetivo a definição de suas identidades no contexto das transformações sociais.

Para encaminhar um conhecimento de caráter interpretativo acerca do propósito deste artigo – a presença do negro no livro paradigmático e/ou didático –, é preciso compreender que uma autoria reflete um conjunto de fatores que a delimitam e darão forma à sua obra, como o Estado com seus valores ideológicos e educacionais; as editoras, com seu compromisso de responder aos interesses mercadológicos; e os clientes – pais, alunos, professores –, que têm como meta serem bem servidos.

Outro olhar, novas leituras

Numa outra perspectiva, e a partir de alguns pressupostos, os leitores podem transitar pela história do

negro, voltar o seu olhar sobre alguns fatos e, quem sabe, tenha a oportunidade de selecionar um livro paradidático e/ou didático para se aprofundar na sua análise, com outro olhar, a partir do que será apresentado a seguir.

Com a colonização, expandiram-se geograficamente as práticas agrícolas, que, ao longo dos séculos, diversificaram-se, situação facilitada pela experiência contida na mão de obra negra vinda de diferentes regiões da África. Os colonos portugueses desenvolveram agriculturas tropicais e realizaram a exploração de recursos naturais que não eram do conhecimento europeu. O conhecimento africano viabilizou a colonização europeia nos trópicos.

Posteriormente, as práticas mineradoras levaram a uma constante demanda de africanos. A mineração em Minas Gerais, no Mato Grosso e em Goiás serviu-se da mão de obra daqueles vindos da Costa Ocidental Africana da região do Zimbábue, que utilizavam seus conhecimentos na fundição, na profissão de ourives e na produção joalheira. Mais tarde, cultivaram café, em Minas e no Espírito Santo. Estiveram presentes também na agricultura do Rio Grande do Sul. Em todos os lugares, exerceram, ainda, os serviços domésticos, organizados no complexo da casa-grande e da senzala.

Com a emancipação política do Brasil, o crescimento demográfico e a expansão econômica e financeira permitiram o desenvolvimento de cidades, inaugurando paisagens urbanas, sobretudo nas regiões litorâneas. Milhares de escravos e seus descendentes, chamados de crioulos em várias cidades, representavam a maioria da população. Participantes do mercado de serviços urbanos, praticavam e ofertavam suas habilidades profissionais para quem delas precisasse, recebendo o pagamento em dinheiro, destinado ao senhor, na totalidade e ou parcialmente. Eram os “escravos de ganho”, aos quais se juntavam os negros libertos nas mais variadas ocupações, inclusive nos serviços públicos. Faziam parte, também, dessa força de trabalho urbana os “emancipados”, africanos trazidos pelo tráfico ilegal, que, libertados pelo governo, eram por ele empregados.

Sobre os escravos vivendo nas cidades, a mobilidade física, derivada em grande parte da natureza de suas ocupações, propiciou-lhes certo distanciamento de seus senhores, situação diferente do que ocorria na zona rural. Nas lavouras, a maioria dos escravos passava quase todo o tempo no campo, onde o trabalho ocorria sob a vigilância de feitores.

Nas cidades, o escravo ganhou maior liberdade de movimentos, ampliou suas relações sociais e desenvolveu novas formas de sociabilidade. Os africanos sempre tiveram uma presença majoritária no quadro demográfico, em relação aos crioulos. Essa diferença deveu-se, principalmente, à grande quantidade de importação de homens africanos e ao constante crescimento das atividades agrícolas e mineradoras no Brasil. Havia uma presença maior de escravos nas regiões de produção agrícola para a exportação, próximas aos portos, em relação às mais distantes do litoral. Assim, o tráfico para o Brasil foi responsável pela entrada de um grande número de homens jovens, uma menor quantidade de mulheres e um número ainda mais reduzido de velhos e crianças.

Outros aspectos pesquisados têm mostrado que, apesar de o escravo, em documentos oficiais e em relatórios de cronistas e viajantes, ter sido identificado como mercadoria, eles próprios não se viam assim e nem mesmo os que com eles conviviam. O escravo conseguiu, muitas vezes, à revelia do senhor, construir sua história, pois foi possível (re)criar sistemas culturais de nítidas filiações africanas, apesar de eles não alcançarem todos.

Os africanos não trabalhavam apenas no cultivo da cana, foram importantes na produção de mantimentos, de tabaco, de algodão, de arroz, produtos que exigiam o uso de técnicas de beneficiamento. Nas regiões mineradoras, africanos de ambos os sexos, além de trabalharem nas minas, atuavam nas vendas, nas quitandas e nas casas-grandes. Nestas, quando habitadas por famílias mais ricas, havia maior especialização com escravas mucamas, que eram mais jovens e ajudavam suas senhoras. Havia, também, governan-

tas, amas de leite para amamentar as crianças da casa, cozinheiras, compradoras, costureiras e lavadeiras.

Os africanos introduziram, no Brasil, a tecelagem para a produção de panos e roupas, assim como para outras utilidades, entre elas as redes de dormir, as velas de embarcações e a sacaria para a embalagem de produtos agrícolas e alimentícios diversos. Boa parte do vestuário utilizado pelos africanos e seus descendentes, no Brasil Colônia e no Império, era de fabricação artesanal própria. Os fios têxteis, vindos tanto de fibras vegetais como de fibras animais, eram encontrados em diversas regiões e com formas variadas de cultivo e produção. Além das técnicas têxteis, a experiência nesse ramo de manufatura englobava outra, no campo da química, nas áreas da produção de tinturas e fixadores de cores.

No nordeste brasileiro permanece a tradição da produção têxtil vinda da África. Outro exemplo dessa tradição africana são os centros de produção têxtil das regiões de Kano, na Nigéria, com a produção de índigo (atual índigo blue). O reino do Congo, Madagascar, no Oceano Índico, e o Marrocos são reconhecidos como grandes produtoras de tapetes e tecidos.

Como se observa, a partir dessa breve reflexão, pretendeu-se deixar evidente para os leitores que é possível realizar novas leituras para melhor compreender os discursos verbais e iconográficos sobre a história do negro em livros paradidáticos e didáticos. Conseqüentemente, uma releitura desses textos se faz necessária, como orientação para professores, graduandos e alunos da escola básica, com vistas a oportunizar para esse pública as releituras necessárias a uma discussão mais ampla dessa parte da historiografia brasileira na qual o negro adquire novo status e pode ser visto não como mercadoria, mas como sujeito histórico.

Considerações finais

A luz das ideias lançadas neste artigo, buscou-se destacar algumas particularidades dos discursos verbais e iconográficos acerca da história do negro em livros paradidáticos e didáticos, cujos textos apresentam permanências interpretativas e, ao mesmo tempo, restringem a sua participação desse sujeito histórico como uma das principais matrizes na formação da sociedade brasileira.

As reflexões perpassaram as mudanças estabelecidas pelo governo brasileiro, considerando-se a promulgação da Constituição de 1988, os Parâmetros Curriculares Nacionais e da Lei 10.639. À luz da contribuição de estudos teórico-históricos, demonstrou-se que estes possibilitam instrumentalizar os leitores para compreenderem o quanto os sistemas de representação são capazes de mascarar a história. E, em se tratando do negro, como os discursos sobre o tráfico, a escravidão e as relações sociais e culturais foram interpretados em favor de uma história eurocêntrica, relegando a atuação do negro a um segundo plano.

Os historiadores, sociólogos e filósofos citados apontaram que os textos, em seus meandros e materialidades, apresentam signos e imagens que servem a interesses unilaterais e foram produzidos para mantê-los.

Cabe aos leitores, culturalmente amadurecidos, e, principalmente, aos educadores observarem e incentivarem o senso crítico daqueles que têm a oportunidade de serem escolarizados. Muitas análises se tornam pertinentes, também, se se pensar na condição de ser negro no Brasil de hoje, com as representações construídas nos livros paradidáticos e didáticos.

Referências bibliográficas

- BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* – 1988. 16.ed., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1997. (Coleção Saraiva de Legislação).
- BRASIL. Lei 10.639 de janeiro de 2003
.Disponível em . em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em 19 jul. 2017
- BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais*(5ª-8ª séries). Versão preliminar. Brasília/DF: MEC/SEF, dez., 1995.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FONSECA, Thais Nívia de Lima. *História & ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003a.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Maia e Schmidt Ltda., 1933.
- JODELET, Denise (Org.). *Representações sociais: um domínio em expansão*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.
- PROGRAMA DE HISTÓRIA – 1º e 2º graus. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, jul., 1987. In: FONSECA, Thais Nívia de Lima. *História ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003a.
- REIS João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.